

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 47ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 2.2 – Reuniões de Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.471

Declara de utilidade pública o Instituto Pró-Verde – Soluções Socioambientais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pró-Verde – Soluções Socioambientais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 9 de junho de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.472

Declara de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Piumhi – Vida Animal, com sede no Município de Piumhi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Piumhi – Vida Animal, com sede no Município de Piumhi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 9 de junho de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.473

Declara de utilidade pública a Associação Pelo Canino – Apelo Canino, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Pelo Canino – Apelo Canino, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 9 de junho de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.474

Declara de utilidade pública a Associação Mantenedora dos Animais de Guaranésia – Amigo dos Amigos, com sede no Município de Guaranésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Mantenedora dos Animais de Guaranésia – Amigo dos Amigos, com sede no Município de Guaranésia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 9 de junho de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – Questão de Ordem – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.371 a 4.374/2017 – Requerimentos nºs 7.039, 7.405, 7.406, 7.408 a 7.425/2017 e 7.427 a 7.430/2017 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 7.426/2017 – Questões de Ordem – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Bonifácio Mourão e João Leite; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Nozinho – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Bonifácio Mourão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado João Leite, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Oscar Santos de Abreu, promotor de justiça de 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora, prestando informações relativas ao Requerimento nº 937/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Questão de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Caro presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, saúdo o nosso secretário *ad hoc*, nosso sempre amigo muito respeitado, deputado Bonifácio Mourão. Presidente, a minha fala talvez seja uma reprise daquilo que fizemos quarta-feira passada, quando pedi aos deputados Durval Ângelo e André Quintão, um, líder do bloco, e o outro, líder do governo, para que nos auxiliassem numa pendência que está ocorrendo em Campo Belo e que não pode continuar acontecendo sem termos uma participação efetiva nessa decisão que muito trará prejuízo para a comunidade escolar. Eu falei com o secretário da Sra. Macaé, secretária de Educação, alguém diretamente ligado a ela, que estamos em votações difíceis, apertadas, e não vai dar tempo de eu ir à secretaria, mas gostaria de ser convidado, chamado, para tomar conhecimento dos verdadeiros motivos do fechamento da Escola Estadual José do Patrocínio Cardoso. É uma escola que formou contadores que hoje prestam serviço em Campo Belo, em Minas e no Brasil, uma escola que tem uma estrutura inigualável, que oferece condições de acessibilidade aos alunos, com quadra esportiva e salas de aula. Estão aqui presentes seis vereadores de Campo Belo, que também vieram trazer suas preocupações, as manifestações quanto ao possível fechamento dessa escola. Queria relacioná-los: vereadora Rosângela Casaca, vereadores Flavinho, Marusan, Marcos Pirata, Mark Rodarte e Roir. Eles vieram novamente solicitar o nosso apoio para que seja feito algo que impeça o fechamento da escola. De Aguanil também estão presentes os vereadores Ney Eduardo, Mauro Duarte, Dilermando e Peterson, todos preocupados com a possibilidade de fechamento. O deputado Bonifácio Mourão teve a oportunidade de galgar sua vida por meio da educação, com formação em cursos superiores que muito contribuíram para os destinos desta Casa, que continuam contribuindo para as suas bases e para sua formação pessoal. Ele sabe que, quando uma escola é fechada, parece ser um crime que estão praticando contra a educação e principalmente contra uma condição melhor para os alunos. Se fosse uma escola que estivesse mal localizada, se fosse uma escola que

tivesse com sua estrutura ameaçada de cair, discutiríamos a sua transferência para outro lugar. Mas nenhuma dessas situações corresponde à realidade da Escola José do Patrocínio Cardoso. Estou sendo muito cobrado por nossos representantes, tanto pela Câmara de Vereadores de Campo Belo quanto pelas demais autoridades, para uma ação nossa imediata que vise a desacelerar e paralisar o possível fechamento, bem como a abrir uma discussão conosco. É o que nós queremos. Estou aberto ao diálogo. Presidente Dalmo, V. Exa. é de Ouro Fino, mas tem voto em toda a região, e sabemos do valor que Ouro Fino tem para o mandato de V. Exa. Eu moro em Campo Belo, é minha casa, é minha cidade. Fechar uma escola onde reside o deputado... Imagine quanto somos cobrados para não permitir esse fechamento e para manifestar a nossa preocupação para evitá-lo. Agora a coisa se expande para outros municípios, onde também somos votados, os quais manifestam sua preocupação. Nessa escola também funciona o Cesec, que é regional. Foi uma grande conquista quando o governador do Estado decidiu que a antiga delegacia de ensino, hoje superintendência, fosse instalada em Campo Belo, houve uma comemoração extraordinária. Quando conseguimos o Cesec, foi outra grande comemoração. E uma coisa puxa a outra. Essa escola é onde funciona o Cesec, e não adianta vir depois dizer que Campo Belo não pode continuar com o Cesec porque a escola fechou, porque será outra briga. É a primeira vez que uma superintendente de educação assume a superintendência sem ter nenhum vínculo com a comunidade escolar de Campo Belo. Não há problema em não ter esse vínculo, acho que poderia desempenhar a função, mas o fechamento da Escola Estadual José do Patrocínio Cardoso deve ser debatido com os responsáveis, aqueles que foram votados pela população para serem seus representantes no governo. Espero, mais uma vez, merecer atenção por parte do governo. Temos votado, trabalhado, defendido, somos parte ativa desse governo, e gostaríamos de merecer o mesmo tratamento, com a mesma responsabilidade que temos em nosso mandato em favor do governo Fernando Pimentel. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Duarte Bechir. Devo manifestar a V. Exa. que não tenho base eleitoral na terra natal de V. Exa., mas quero participar ativamente da sua fala. Durante muitos anos presidi a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Sei das dificuldades quando o governo toma uma iniciativa tão desastrosa para a educação, para os jovens e para toda a comunidade. Gostaria também de compartilhar com V. Exa. Acharia muito interessante que o Conselho Estadual de Educação fosse comunicado imediatamente disso, para que ele também seja interveniente nessa discussão maior, porque, se uma escola tradicional, como a que V. Exa. apontou, serviu toda a região por tantos anos, logicamente ela se comportou como educandário maior da educação de Campo Belo e da região. Assim, coloco-me inteiramente à disposição, além de deixar, não a sugestão, pois quem sou eu para sugerir, mas a lembrança de que se proponha a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação, com a presença da secretária de Educação, do presidente do conselho, de vereadores e de representantes das comunidades, porque diante de um assunto tão importante, que se refere à preservação da educação, não podemos ficar calados. Então, como 2º-vice-presidente desta Casa, quero me colocar inteiramente à disposição de V. Exa. para o que for necessário. Estamos juntos nessa demanda tão importante da educação da sua querida terra. Conte conosco.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.371/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Familiares do Córrego do Lage e Região – Aliança Verde, com sede no Município de Caratinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Familiares do Córrego do Lage e Região – Aliança Verde, no Município de Caratinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputado Vanderlei Miranda – PMDB

Justificação: A Aliança Verde foi fundada com o propósito de melhorar e valorizar a qualidade de vida dos produtores da agricultura familiar, com projetos sociais e ambientais. A associação desenvolve canais de comercialização dos produtos e serviços dos seus associados, além de implementar programas que contribuem para a segurança alimentar, combate à fome, à desnutrição e à pobreza.

Por isso, aguardo a aprovação dos nobres colegas para este projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.372/2017

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel com área de 11.190 m² (onze mil e cento e noventa metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Av. Nossa Senhora das Graças, s/nº, Bairro Guarapiranga, no Município de Ponte Nova, e registrado sob o nº 15.685, a fls. 6 do Livro 3-K, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Nova.

Parágrafo único O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a ações voltadas a práticas esportivas, culturais e de lazer para a população.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de dez anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1 de junho de 2017.

Deputado Roberto Andrade – PSB

Justificação: O prefeito do Município de Ponte Nova, Wagner Mol Guimarães, enviou o ofício nº 321/GABI/2017, solicitando a doação do imóvel que se encontra atualmente desocupado e sem destinação específica, localizado na Av. Nossa Senhora das Graças, s/nº, bairro Guarapiranga. Na oportunidade, anexou escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Nova, sob o número 15.685, livro 3-K, folha 6.

A administração municipal pretende utilizar o referido imóvel para a oferta de atividades esportivas, culturais e de lazer, proporcionando o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, por considerar indispensável a adoção de políticas públicas que promovam a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nossos pares para a aprovação desta iniciativa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.373/2017

Declara de utilidade pública a Associação Trem de Minas, com sede no Município de Lavras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Trem de Minas, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2017.

Deputado Fábio Cherem – PSD

Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Justificação: A Associação Trem de Minas - ATM, fundada em 7 de novembro de 2014, é uma associação civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede no Município de Lavras, Minas Gerais, que tem como finalidade a preservação dos patrimônios públicos históricos, através da restauração e tombamento destes patrimônios.

Entre as atividades executadas por esta associação, são realizados projetos e ações que visam a valorização de patrimônios históricos de todas as esferas públicas, de forma a promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao patrimônio histórico cultural, especialmente ligados a ferrovias. Também são realizadas palestras com finalidades educativas e informativas, de forma a viabilizar a proteção da identidade física, social e cultural dos patrimônios históricos.

Desse modo, em prol da manutenção e aprimoramento dos trabalhos realizados pela Associação Trem de Minas, a declaração de utilidade pública mostra-se uma conquista a ser alcançada que poderá facilitar e expandir os acessos para promoção de seus projetos e finalidades.

A Associação Trem de Minas preenche os requisitos legais para a declaração de utilidade pública, uma vez que está em funcionamento há mais de um ano, os cargos de sua direção não são remunerados e seus diretores são pessoas idôneas, conforme atestado apresentado, motivo pelo qual conto com a colaboração dos nobres pares desta Casa para a aprovação do projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.374/2017

Declara de utilidade pública o Desafio Jovem de Ubá - DEJUB, com sede no Município de Ubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Desafio Jovem de Ubá - DEJUB, com sede no Município de Ubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 2017.

Deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 7.039/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Sr. Governador de Estado pedido de providências para conferir ao Sr. Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal, o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais..

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2017.

Deputado Léo Portela – PRB

Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

– À Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 7.405/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela operação "Cavalo de Aço", realizada em Juiz de Fora, no dia 23/12/2016, a qual logrou êxito na apreensão de 185 pacotes contendo maços de cigarro, R\$12.264,00 e um veículo que estariam sendo contrabandeados por um homem de 53 anos que também foi preso.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG e ao Comandante do 27º Batalhão de Polícia Militar, TEN CEL PM OTERSON LUIS NOCELLI na AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, 4011 - Bairro BARBOSA LAGE - Juiz de Fora, para fins de registro em respectivas pastas funcionais.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: Conforme REDS 2016-027675167-001, segue lista dos Policiais:

Cabo Rudson Guedes Rodrigues - 3PEL PM / 99CIA PM / 27BPM

Soldado Fabricio Augusto Castro Delage - 2PEL PM / 99CIA PM / 27BPM

Soldado Ederson Antonio do N Junior - 1PEL PM / 99CIA PM / 27BPM3

Cabo Filipe Silveira da Silva - 2PEL PM / 173CIA PM / 27BPM

2 Tenente Nathalia da Silva Costa Araujo - SECT / 27BPM

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 7.406/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pelo ilustre trabalho realizado em Lagoa Santa, no dia 21/12/2016, o qual culminou na apreensão de 87 barras de substância análoga a maconha, que corresponde a aproximadamente 100 kgs de droga. Todo o material foi encontrado em uma casa abandonada que era utilizada para o tráfico.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG e ao Comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar, TEN CEL PM EDESIO AMORIM ANACLETO na RUA SÃO PAULO, 295 - Bairro CÉLVIA - Vespasiano, para fins de registro em respectivas pastas funcionais.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: Conforme REDS 2016-027567910-001, segue lista dos Policiais Militares:

Cabo Gilberto Mariano dos Anjos - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Cabo Flávio Gleison de Andrade Amaral - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Soldado Paulo Henrique dos Santos Assis - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

2 Sargento Ediarley Campos Procopio - 1PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Soldado Francisco de Assis Mattos Junior - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Soldado Daniel Costa Lima - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Cabo Antônio Pereira da Silva Neto - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Cabo Fábio Augusto Cordeiro Cherem - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

Soldado Alex Soares de Oliveira - 2PEL TM / 247CIA TM / 36BPM

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 7.409/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Itaguara/MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.410/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG pedido de providências para a liberação da obra de pavimentação asfáltica da Rodovia BR 267, no trecho entre os Municípios de São Lourenço e Poços de Caldas, bem como da construção da ponte que liga o Município de Cordislândia a Machado, Paraguaçu e Turvolândia.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2017.

Deputado Fábio Cherem – PSD

Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.411/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG pedido de providências para a execução de obras de melhorias na BR 267, no acesso ao Município de Monsenhor Paulo (KM 384), por se tratar de trecho em curva acentuada, próximo a área urbana e utilizado como entrada da cidade, necessitando da instalação de redutor de velocidade, guard rail e/ou fiscalização eletrônica, de acordo com a análise de viabilidade para garantia da segurança no local e a fim de evitar os graves acidentes que tem ocorrido nesse trecho.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2017.

Deputado Fábio Cherem – PSD

Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.412/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Mário Campos/MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.414/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda em Belo Horizonte pedido de providências para a liberação urgente de recursos na ordem de R\$804.000,00, com vistas à retomada das obras de construção do Parque Aquático Municipal de Uberlândia.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2017.

Deputado Elismar Prado – PDT

Vice-Presidente da Comissão de Cultura

Justificação: As obras de construção do Parque Aquático Municipal de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, se arrastam desde 2008, quando foi assinado e publicado o convênio entre a Secretaria de Estado de Esportes e o Ministério do Esporte.

O valor total da proposta era de R\$5,9 milhões, sendo R\$3,9 milhões eram repasses do governo federal, e o restante de contrapartida. As obras preveem a construção de uma piscina olímpica aquecida com 50m de comprimento, arquibancada para 4 mil pessoas e vestiários para atletas, torcedores e arbitragem.

Segundo o sistema de acompanhamento de obras da Caixa, 60,46% do empreendimento foi concluído e medido, e cerca de R\$2,6 milhões pagos. Sabe-se que existe contrapartida do governo do Estado aprovada na ordem de R\$804 mil, aguardando apenas a autorização de pagamento da Secretaria de Estado de Fazenda, razão pela qual urge a atuação do governo do Estado para que as obras sejam retomadas na cidade, sob risco de provocar mais prejuízos aos cofres públicos e à população que, além de não contar com os

benefícios dos projetos de esporte, pode ter que arcar com o aumento dos custos na retomada da obra e com a deterioração do que já está pronto.

Diante do exposto, conto com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Esporte.

REQUERIMENTO Nº 7.415/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Sardoá/MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.416/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com José Julio Mascarenhas (Diretor) e Henrique Mascarenhas (diretor de produção) pelos 130 anos da empresa Fabril Mascarenhas, destaque nos cenários Mineiro e Nacional no setor da industrial têxtil .

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Diretor José Julio Mascarenhas e ao Diretor Henrique Mascarenhas na R. Guajajaras, 40 - Sl. 907 Centro - Belo Horizonte - MG CEP: 30180-910.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputado Gustavo Santana – PR

Justificação: Fundada em 1887 no município de Alvinópolis, a Fabril Mascarenhas Indústria Têxtil completa no dia 10 de Junho de 2017, 130 anos de história. Comandada pelos precursores Paulo Mascarenhas e Julio Mascarenhas desde o início do século XX, a empresa persiste em sua trajetória de sucesso, atravessando períodos críticos no cenário econômico do Brasil, superando as dificuldades e expectativas sempre com êxito e destaques positivos, levando o nome de Minas Gerais e do Brasil com o devido reconhecimento no setor da Indústria Têxtil. A Fabril Mascarenhas hoje dirigida por Jose Julio Mascarenhas e Henrique Mascarenhas continua a contribuir para o fortalecimento Econômico do Estado e do País, de tal forma que merece ser parabenizada não somente pela data comemorativa, como também pelo ótimo desempenho provado através destes 130 anos.

– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

REQUERIMENTO Nº 7.417/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Gonzaga/MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.418/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Alvinópolis/ MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.421/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Bonfim/MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTOS

Nº 7.408/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/6/2017, em Dona Euzébia, que resultou na apreensão de cerca de 5kg de maconha e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.413/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/6/2017, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo e balanças de precisão e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.419/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Ministério Público pedido de providências para averiguar, tendo em vista as informações e solicitações recebidas pela comissão, a ocorrência de abuso ou prática irregular por parte de membros do Ministério Público na Comarca de Belo Horizonte, com a eventual interposição das medidas disciplinares ou administrativas cabíveis, nos termos do art. 39, inciso XXVIII, da Lei Complementar nº 34, de 12/9/1994, bem como para verificar os impactos ocasionados pelas Recomendações nºs 5 e 6 da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte no número de crianças abrigadas e adotadas, por idade, sexo e cor, de 2013 a 2016. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.420/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 26ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/6/2017, em Itaobim, que resultou na apreensão de um menor, de drogas, arma de fogo, munição e celulares e na detenção de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.422/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre a quantidade de abrigos municipais para crianças, a quantidade de crianças abrigadas desde 2013 e o perfil – idade, sexo e cor –, os valores pagos aos abrigos por criança, o número de famílias cadastradas como famílias substitutas, a quantidade de crianças que estão com essas famílias e a quantidade de crianças adotadas de 2013 a 2017. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 7.423/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à ONU Mulheres pedido de providências a fim de averiguar a ocorrência de grave violação dos direitos das mulheres no Município de Belo Horizonte, no que diz respeito à maternidade e à privação da convivência familiar com seus bebês, e de fazer as intervenções necessárias, tendo em vista as informações e solicitações recebidas pela comissão. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 7.424/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à BHTrans pedido de providências com vistas a avaliar a viabilidade de estender o itinerário da linha 4108 a partir da Praça da Bandeira até a Praça Israel Pinheiro (Praça do Papa), e em seguida até as Ruas Juventino Dias e Prof. Otávio Coelho de Magalhães, para ampliar a disponibilidade de ônibus ao público usuário de cadeiras de rodas atendido pela Associação Mineira de Reabilitação – AMR.

Nº 7.425/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 67º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/6/2017, em Uberaba, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na detenção de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.427/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam retirados do Projeto de Lei nº 4.135/2017 quaisquer dispositivos que permitam a alienação ou o aluguel de imóveis utilizados pelo Estado ou cedidos aos municípios ou à União para a prestação de serviços de saúde em Minas Gerais.

Nº 7.428/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para avaliação da pertinência do processo de transferência dos alunos da Escola Estadual Moreira Brandão para a Escola Estadual Virgínia Marcondes Escobar, vinculadas à Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre, bem como da diminuição do número de professores de apoio nessa última instituição.

Nº 7.429/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 45º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/6/2017, em Paracatu, que resultou na apreensão de 113kg de maconha e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.430/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar e no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/6/2017, em Contagem, que resultou na apreensão de 70kg de maconha e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Proposições não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 7.426/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido de liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Mateus Leme/MG.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Quero agradecer ao presidente e pedir a sua atenção, assim como a do Prof. Bonifácio Mourão, para mais um dos absurdos que vêm acontecendo neste governo. Mais uma vez os policiais militares de Minas Gerais foram ludibriados em seus direitos, e acabei de protocolar na Comissão de Segurança Pública um requerimento com o seguinte teor: “Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, V, do Regimento Interno, seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater as escalas de serviço dos policiais militares lotados nos pelotões e nos destacamentos vinculados ao 51º BPM, com sede no Município de Janaúba, no período compreendido entre os dias 2 a 11/6/2017. Conforme relatos encaminhados a este parlamentar, por ordem do comandante do 51º BPM, Ten.-Cel. João Aparecido do Nascimento, os policiais militares foram escalados por cinco dias na cidade de Janaúba para reforçarem o policiamento local durante as festividades organizadas pelo sindicato rural. Em contrapartida à promessa de realização de obras no quartel, o comandante teria dispensado o sindicato rural local do pagamento da taxa de segurança, devida em razão da Lei nº 6.763, de 1975, e os policiais militares, além de acomodados em local inadequado, teriam recebido valores insignificantes a título de diárias, em inobservância ao art. 87 da Lei nº 5.301, de 1969, que determina que a 'fixação do valor das diárias atenderá ao mínimo de um dia de vencimento, quando o deslocamento for no País'. Cita-se, por oportuno, o pagamento de valores correspondentes a R\$67,00, R\$43,00 e R\$37,09 aos sargentos, aos cabos e aos soldados, respectivamente, a título de diária durante a escala no Município de Janaúba, de cinco dias”. Vou repetir, presidente: o pagamento de cinco diárias foi de R\$67,00 para o sargento; de R\$43,00 para o cabo; e de R\$37,09 para o soldado. “Assim, diante da gravidade do exposto, conto com o apoio dos pares à aprovação deste requerimento, com convite a ser encaminhado ao comandante do 51º BPM, Ten.-Cel. João Aparecido do Nascimento.” Ora, presidente, recentemente tivemos na Polícia Militar um comandante-geral campeão no recebimento de diárias: o Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, que, apenas em um ano, recebeu R\$65.000,00 em diárias. Se dividimos esse valor por 365 dias, temos R\$176,00 por dia, incluindo sábados, domingos, feriados, tudo. E agora, mais uma vez, um sargento da Polícia Militar em Janaúba receberá R\$67,00 por cinco dias de diária. A lei é muito clara, deputado Dalmo. A diária é equivalente a 1/30 do salário do policial. Só para V. Exa. ter ideia, o piso inicial de um soldado de primeira classe é de R\$4.098,00. Se V. Exa. digitar na calculadora, perceberá que deverá perceber R\$143,00 por diária um soldado com zero quinquênio. Em Janaúba, eles estão pagando ao soldado, deputado João Leite, R\$37,09. Por outro lado, escravizaram os policiais na escala, retiraram a taxa de segurança pública do sindicato rural, que, aliás, está por trás das festividades. Em contrapartida, o sindicato construirá algumas salas dentro do batalhão. Está aí mais do que estampado o crime de improbidade administrativa. Então, precisamos realizar essa audiência pública. Mais uma vez, o comandante desrespeitando a lei e sacrificando os seus comandados, em troca de quê? Da construção de salas dentro do quartel. Não permitiremos. Ou o comandante paga a diária imediatamente ou teremos de convocá-lo aqui para prestar os esclarecimentos. Esse é o assunto que queria tratar com V. Exa. nesta tarde de hoje.

O deputado João Leite – Obrigado. Sr. Presidente, rapidamente, é apenas para lamentar o passamento, a morte de Eduardo Maluf, diretor de futebol do Clube Atlético Mineiro, que teve uma longa carreira como atleta no Valeriodoce, de Itabira, clube do qual, depois, foi presidente. Lamentavelmente, acometido de uma enfermidade, faleceu hoje na cidade de Belo Horizonte. Então, à família e ao Clube Atlético Mineiro, os nossos sentimentos pelo passamento de Eduardo Maluf. Muito obrigado.

O presidente – Perfeitamente. É também o sentimento desta presidência.

O deputado Mário Henrique Caixa – Presidente, gostaria também de registrar os nossos sentimentos aos familiares e aos amigos do nosso querido diretor de futebol do Atlético, Eduardo Maluf, que já vinha lutando há vários meses contra um câncer e veio a falecer no dia de hoje. Faço minhas as palavras do colega João Leite. Somos do esporte, do futebol. Já há muito tempo, como radialista, lembro-me bem do Eduardo Maluf ainda presidente do Valeridoce de Itabira, time do qual também foi goleiro. Além disso, do seu trabalho no América, no Cruzeiro e, finalmente, agora, no Clube Atlético Mineiro. Foi valente e guerreiro e lutou até quando pôde. O nosso abraço a ele, aos familiares e a todos os ligados ao futebol. Muito obrigado.

O presidente – Perfeitamente. Registro as palavras de V. Exa.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, nas galerias, dos ilustres vereadores de Bom Jardim de Minas. Muito obrigado pela presença.

Oradores Inscritos

– Os deputados Bonifácio Mourão e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado João Leite – Sr. Presidente, muito obrigado. Solicito a V. Exa. o encerramento, de plano, da reunião por falta de quórum. Obrigado pelo tempo que me foi concedido.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2017

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Tiago Ulisses (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BCMG) e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.972, 7.005, 7.006, 7.007 e 7.043/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.299/2017, do deputado Paulo Guedes, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre as estruturas físicas e de pessoal de todos os parques e gerências regionais existentes em Minas Gerais e geridos pelo instituto. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.300/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atraso nos repasses financeiros à Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte;

nº 8.301/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita à Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, para debater o atraso em repasses financeiros e o risco de fechamento, em 60 dias, da referida fundação;

nº 8.302/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o auxílio da Prefeitura de Belo Horizonte repassado aos grupos de terceira idade do município, por intermédio do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte;

nº 8.303/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possível retirada do Museu da Imagem e do Som – MIS – do casarão histórico da Av. Álvares Cabral, em Belo Horizonte;

nº 8.304/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Plano de Manifestação de Interesse com fins de estruturação do Projeto de Plataforma Tecnológica para ações nas áreas tributária, de segurança pública, de controle sanitário e de operação viária e as ações do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais;

nº 8.306/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Programa Superar, o espaço atual utilizado e melhorias e ampliação, no âmbito do Município de Belo Horizonte;

nº 8.307/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita ao prefeito de Contagem para tratar de questões referentes à Feira de Artes e Artesanato do Eldorado;

nº 8.308/2017, do deputado Fred Costa, em que requer sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária ao Sr. Leonardo Barreto Moreira Alves, promotor da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Contagem;

nº 8.310/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado pedido de informações à Prefeitura Municipal de Contagem sobre resposta eventualmente dada ao Ofício nº 204/2017, da 5ª Promotoria de Justiça, em que é citado um pedido de interdição da Feira de Artesanato do Eldorado devido à falta de segurança e à situação irregular dos feirantes;

nº 8.311/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita ao Sr. Leonardo Barreto Moreira Alves, promotor da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Contagem, para tratar de questões referentes à Feira de Artesanato do Eldorado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2017.

Paulo Guedes, presidente – Carlos Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 42/2017, DE DJANIRO SILVA PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DEER –, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/5/2017

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Doutor Jean Freire (substituindo os deputados Durval Ângelo e Tadeu Martins Leite, respectivamente, por indicação da liderança do BMM) e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Hely Tarquínio, informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nessa sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger presidente e vice-presidente da comissão. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, registram-se as presenças da deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e dos deputados Hely Tarquínio e Tadeu Martins Leite. Registram-se as candidaturas dos deputados Hely Tarquínio para presidente, e Tadeu Martins Leite para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Hely Tarquínio e Tadeu Martins Leite, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e dá posse ao vice-presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O vice-presidente, deputado Tadeu Martins Leite, dá posse ao presidente eleito, deputado Hely Tarquínio. A seguir, o presidente designa como relator do parecer sobre a Indicação nº 42/2017 o deputado Durval Ângelo. Cumprida

a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2017.

Hely Tarquínio, presidente – Durval Ângelo – André Quintão.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2017**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os direitos das mulheres e seus bebês em situação de vulnerabilidade social, a humanização do parto e o incentivo ao aleitamento materno e ao desenvolvimento e proteção da infância. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.507/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política de cotas adotada, especialmente, pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro;

nº 8.508/2017, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e à ONU Mulheres as notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 30/5/2017;

nº 8.510/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre a quantidade de abrigos municipais para crianças, a quantidade de crianças abrigadas desde 2013 e o perfil – idade, sexo e cor –, os valores pagos aos abrigos por criança, o número de famílias cadastradas como famílias substitutas, a quantidade de crianças que estão com essas famílias e a quantidade de crianças adotadas de 2013 a 2017;

nº 8.513/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à ONU Mulheres pedido de providências a fim de que seja averiguada a ocorrência de grave violação dos direitos das mulheres no Município de Belo Horizonte, no que diz respeito à maternidade e à privação da convivência familiar com seus bebês, e sejam feitas as intervenções necessárias, tendo em vista as informações e solicitações recebidas pela comissão;

nº 8.515/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Ministério Público pedido de providências para que seja averiguada, tendo em vista as informações e solicitações recebidas pela comissão, a ocorrência de abuso ou prática irregular por parte de membros do Ministério Público na Comarca de Belo Horizonte, com a eventual interposição das medidas disciplinares ou administrativas cabíveis, nos termos do art. 39, inciso XXVIII, da Lei Complementar nº 34, de 12/9/1994, bem como os impactos ocasionados pelas recomendações 5 e 6 da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte no número de crianças abrigadas e adotadas, considerados a idade, o sexo e a cor, de 2013 a 2016;

nº 8.516/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Sra. Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, para tratar dos abrigamentos de bebês de mães em situações de vulnerabilidade no Município de Belo Horizonte;

nº 8.517/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Plano de Ação Orçamentária das Escolas Família Agrícola de Minas Gerais, a ser apresentado pela Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Kátia Suzanne Lima Mendes, promotora de Justiça e assessora especial do Procurador-Geral da República; Aurea Carolina, vereadora do Município de Belo Horizonte; Carla Annunciata de Carvalho, 1ª-secretária da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde, representando o Sr. Bruno Abreu Gomes, presidente do Conselho Municipal de Saúde – PBH; Eleusa Andrade Veiga, diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/BH – representando o Sr. Marcelo Moreira de Oliveira, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/BH; Irene Adams, presidente do Projeto Ammor; e Maria Nazaré Anjo dos Santos, 2ª-diretora de comunicação do Conselho Estadual de Saúde – CES/MG –, representando o Sr. Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; e os Srs. Humberto Verdana, coordenador estadual de Saúde Mental, representando o Sr. Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Saúde; Henrique Oswaldo da Gama Torres, diretor-geral do Hospital Risoleta Neves; Ivo de Oliveira Lopes, diretor técnico do Hospital Sofia Feldman; e Arnor José Trindade Filho, coordenador Municipal de Saúde Mental de Belo Horizonte. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – João Leite – Mário Henrique Caixa.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/5/2017

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, João Leite e Carlos Henrique (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, com as dez primeiras empresas classificadas no *ranking* de reclamações do Procon Assembleia os problemas apontados pelos clientes sobre a prestação de serviços, assim como avaliar a execução do plano de melhorias assinado pelas empresas Oi, Vivo, Tim e Claro. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sílvia Helena de Freitas Masuz, delegada de Defesa do Consumidor da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Fernanda Oliveira Laranja Pinto, gerente de Relações Institucionais da TIM Brasil; Elizabeth Bogel, coordenadora de Ouvidoria da Claro Telefonía; e os Srs. Hermann Bergmann Garcia e Silva, gerente regional da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Marcos Antonio Borges, gerente de relações institucionais da Oi Telecomunicações; Ricardo Mascarenhas Lopes Caçado Diniz, consultor de Relações Institucionais da Vivo Minas; Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; Felipe Gazola, advogado da Claro Telefonía. A presidência concede a palavra ao deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.552/2017, dos deputados Felipe Attiê, João Leite, Carlos Henrique e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações pedido de informações sobre a aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust – e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;

nº 8.553/2017, dos deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Henrique e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações pedido de informações sobre o resultado do plano de melhorias firmado com as operadoras de telefonia, especialmente sobre as decorrentes das medidas cautelares adotadas para impedir a comercialização de novos planos de telefonia;

nº 8.554/2017, dos deputados Carlos Henrique, Felipe Attiê, Dalmo Ribeiro Silva e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações pedido de informações sobre o cumprimento, pelas operadoras de telefonia móvel, do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor e Serviços de Telecomunicações, com dados estatísticos e detalhados de quais as infrações mais cometidas;

nº 8.555/2017, dos deputados Felipe Attiê, João Leite, Carlos Henrique e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja encaminhado às operadoras de telefonia móvel signatárias do Plano de Melhorias proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia pedido de informações detalhadas sobre o resultado das medidas previstas no referido plano que foram implementadas e que apresentem também sugestão para realização de mutirão para solucionar pendências com os consumidores do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2017.

João Leite, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2017

Às 11h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares, Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG) e Tito Torres (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.183/2017 (relator: deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.556/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o conflito existente entre órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público, por meio da Promotoria de Direitos Humanos, que culminou na desastrosa operação Pombal, realizada no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp –, em Belo Horizonte, em 2/5/2017, sem o conhecimento do juiz de Execuções Penais, gerando um grande mal-estar entre os poderes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cristiano Silveira.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 45/2017

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 239/2017, publicada no *Diário do Legislativo* de 29/4/2017, o governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa, em observância ao que determina o art. 62, XXIII, “b”, da Constituição do Estado, a indicação de Elizabeth Dias Munaier Lages para a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação.

Constituída a Comissão Especial, procedeu-se à arguição da indicada, que respondeu adequadamente às questões elaboradas pelos parlamentares. Compete agora a esta comissão, nos termos do art. 111, III, combinado com o § 1º do art. 146 do Regimento Interno, emitir parecer sobre a matéria.

Entendemos que, além de a indicada ter demonstrado pleno domínio das temáticas abordadas na arguição, sua vasta experiência profissional e sua atuação nas áreas acadêmica e de pesquisa a credenciam a ocupar o cargo de Conselheira da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação da Indicação nº 45/2017, que sugere o nome de Elizabeth Dias Munaier Lages para a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2017.

Ione Pinheiro, presidente – Durval Ângelo, relator – Coronel Piccinini.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o desembargador Pedro Bernardes de Oliveira por sua eleição como corregedor e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Requerimento nº 7.063/2017, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o desembargador Edgard Penna Amorim por sua eleição como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Requerimento nº 7.064/2017, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com Nunzio Panzarella pelo lançamento do livro *The wall* (Requerimento nº 7.077/2017, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Dom João Justino de Medeiros Silva pela posse como arcebispo coadjutor da Arquidiocese de Montes Claros (Requerimento nº 7.085/2017, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com a Associação dos Exatores do Estado de Minas Gerais – Asseminas – pelos 65 anos de existência (Requerimento nº 7.086/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Orquestra Ouro Preto pela conquista do Prêmio Profissionais da Música 2017, categoria Orquestras (Requerimento nº 7.090/2017, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf –, pela inauguração, em 8/5/2017, do sistema de esgotamento sanitário de Brasilândia de Minas, em parceria com a Copasa-MG (Requerimento nº 7.092/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a Associação da Capela Mártir Filomena pela realização, com sucesso, do 27º Encontro de Folia de Reis da Capela Filomena, em Araxá (Requerimento nº 7.093/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Yossi Shelley por sua posse como embaixador de Israel no Brasil (Requerimento nº 7.105/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Alexandre Poni, presidente da Associação Mineira de Supermercados – Amis –, pela conquista do Prêmio Bom Exemplo, edição 2017, na categoria Economia e Desenvolvimento de Minas (Requerimento nº 7.106/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os médicos, enfermeiros e funcionários do Hospital Imaculada Conceição, no Município de Guanhães, pelo excelente trabalho realizado no pronto atendimento, em dezembro de 2016, ao paciente Antônio Rosa de Andrade (Requerimento nº 7.111/2017, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Santos Dumont pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 60 anos de existência (Requerimento nº 7.134/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Empresarial de Campina Verde pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 35 anos de existência (Requerimento nº 7.135/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Empresarial de Campanha pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 30 anos de existência (Requerimento nº 7.136/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Buritis pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 30 anos de existência (Requerimento nº 7.137/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Barão de Cocais pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 25 anos de existência (Requerimento nº 7.138/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Conceição do Rio Verde pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 10 anos de existência (Requerimento nº 7.139/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Rio Piracicaba pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 25 anos de existência (Requerimento nº 7.140/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços da Serra do Cipó pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 20 anos de existência (Requerimento nº 7.141/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Empresarial de Cruzília pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 15 anos de existência (Requerimento nº 7.142/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Artesanal de Santa Cruz de Minas pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 15 anos de existência (Requerimento nº 7.143/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Empresarial de Estiva pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 20 anos de existência (Requerimento nº 7.144/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de Guanhães pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 25 anos de existência (Requerimento nº 7.145/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 25 anos de existência (Requerimento nº 7.146/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Industrial de Juruaia pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 20 anos de existência (Requerimento nº 7.147/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Atividades Turísticas de Lima Duarte pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 30 anos de existência (Requerimento nº 7.148/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nepomuceno pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 30 anos de existência (Requerimento nº 7.149/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária e Serviços de Januária pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 30 anos de existência (Requerimento nº 7.150/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Empresarial de Itamonte pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 20 anos de existência (Requerimento nº 7.151/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Inconfidentes pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 20 anos de existência (Requerimento nº 7.152/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Industrial de Carmo do Rio Claro pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 30 anos de existência (Requerimento nº 7.153/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial e Industrial de Bom Sucesso pelos relevantes serviços prestados ao Estado em seus 45 anos de existência (Requerimento nº 7.154/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Estadual Aníbal Melo, em Medina, pelos seus 35 anos de funcionamento (Requerimento nº 7.170/2017, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Eduardo Luiz da Silva, presidente eleito do Cosems-MG para o biênio 2017-2018 (Requerimento nº 7.214/2017, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Sr. Dalton Soares Silva, prefeito do Município de Santana de Pirapama, pela realização da 25ª Festa do Trabalhador (Requerimento nº 7.216/2017, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Comércio e Indústria de Bebidas Áurea Cibal pela eleição, no Congresso Brasileiro de Bebidas – Confrebras –, realizado em abril de 2017, de seu refrigerante como o Guaraná de Ouro (Requerimento nº 7.221/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com a União de Escoteiros do Brasil em Minas Gerais pelos 100 anos de escotismo em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.274/2017, da Comissão de Educação).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/6/2017

A deputada Rosângela Reis* – Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente da Mesa nesta tarde, deputadas e deputados, quero dizer da minha alegria de poder me manifestar hoje diante desta tribuna. Há três assuntos que me trazem aqui nesta

tarde. Um deles se refere ao Projeto de Lei nº 3.397/2016, que foi votado na semana passada, sobre o Refis para as empresas, que concede o parcelamento de crédito tributário.

É uma proposta importante que vai trazer fôlego para as empresas, a fim de que elas possam ter o seu capital de renegociação e possam cumprir com seus compromissos. Além disso, vai dar sustentação, assegurando os postos de trabalho e gerando mais recursos para os cofres públicos do nosso Estado de Minas Gerais.

Sabemos que estamos vivendo uma crise econômica e financeira e que muitos empresários estão tendo dificuldades de manter os seus negócios. Eles estão fechando as suas portas e deixando de fazer maiores investimentos. Isso, presidente, acontece em todas as áreas, seja na siderurgia, seja na construção civil, seja no setor de comércio e prestação de serviços. Desde 2008, vemos essa retração em nossa economia brasileira e mineira. Alguns estão até fechando as portas porque não aguentam mais pagar as suas constas; vários trabalhadores estão ficando desempregados.

Votei contrariamente às emendas que aumentavam os impostos porque isso vai impactar diretamente a vida dos consumidores. Se se aumenta o combustível, aumenta-se tudo: o feijão, o arroz, o remédio, enfim, a cesta básica daquele que está dependendo de trabalhar para receber no final do mês o seu salário mínimo e que depende do Bolsa Família também. Mas votei favorável à emenda sobre os produtos de importação, mercadorias ou bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional – passando de 18% para 25% – e deixei claro aqui, fazendo uma analogia da situação, que estamos sofrendo os impactos da economia no Vale do Aço. Temos sofrido esse impacto da economia. Dei exemplo da nossa situação: o minério que sai das cidades minerárias, vai para a China e volta com o preço do aço concorrendo com o do nosso, da empresa Usiminas, lá na região, onde houve vários trabalhadores desempregados.

Na verdade, a cidade está sofrendo um impacto com isso. Todos nós estamos sofrendo os problemas do desemprego na cidade de Ipatinga e em nossa região. Isso não é dúvida para ninguém. Estão claras as dificuldades. Até quero reivindicar do governo do Estado que também encontre uma proposta efetiva para que possamos dar competitividade a essas empresas, não somente à Usiminas, mas às empresas-âncoras que também fazem os outros produtos derivados do aço, a fim de que possamos, assim, ganhar maior competitividade e contribuir com um maior ICMS para Minas Gerais. Sei que o Estado arrecadará mais com o ICMS dessas empresas.

Atualmente, o aço está chegando da China e está vindo bem mais barato. Algumas empresas estão até optando por comprar esse tipo de aço, que tem o menor valor agregado. Hoje a Usiminas já fabrica um aço com maior valor agregado, com maior potencial de qualidade e tem buscado essas vendas no mercado interno e internacional. No entanto, temos em nosso país 12 milhões de desempregados. A população não aguenta mais pagar a conta, que é o pagamento dos impostos.

Aqui o governador tem a maioria, e a gente sabe disso. Também sou da base de governo. O projeto de lei foi aprovado pela maioria dos deputados. Mas as emendas com os aumentos – da gasolina, de 29% para 31%; do álcool, de 14% para 16%, do solvente não destinado à industrialização, de 25% para 31%; do solvente destinado à industrialização, de 18% para 31% – foram rejeitadas por mim e por outros deputados que são contrários ao governo.

Quero também trazer outro assunto, sobre o problema da saúde que estamos enfrentando na nossa região do Vale do Aço. Há um déficit na região de 400 leitos, e, na semana passada, foi fechado o Hospital São Camilo, em Coronel Fabriciano. No dia 9 de maio, o Estado passou a gestão para o município, e o prefeito buscou, em Governador Valadares, uma fundação que pudesse fazer essa transição. E a fundação acabou não dando continuidade por causa da falta da publicação do contrato de cessão de uso do imóvel, algo que daria tranquilidade ao prefeito para assumir o contrato e continuar o processo de transição. Esse contrato foi publicado na semana passada, dia 25, última quinta-feira. E protocolamos na Casa um pedido de audiência pública para discutir na Comissão de Saúde, junto com os deputados que fazem parte daquela comissão, a situação que enfrenta hoje o Hospital São Camilo – de portas

fechadas, com os pacientes sem medicamento, indo para outros hospitais da região, e os hospitais tendo de atender mais um ou outro. Mas a região não comporta, porque são 80 pacientes dentro do Hospital São Camilo.

Pedimos a intervenção do secretário de Saúde Sávio Souza Cruz, para que possa dar celeridade a esse processo, e que possa ser repassado o recurso da dívida do Estado para com aquele hospital, para sanear os problemas, que são as dívidas com os trabalhadores do hospital, e também em relação aos médicos, que estão há três meses sem receber.

A UPA de Ipatinga está recebendo cerca de cem pessoas por dia a mais, e também não comporta, porque já atende toda aquela região. Vocês imaginam que há ali, na microrregião de saúde do Vale do Aço, cerca de 840 mil habitantes. Isso está impactando diretamente as vidas, e está morrendo gente lá dentro do hospital. A Fundação São Camilo está sem receber do Estado, e os funcionários, sem receber também.

Quero aqui também deixar registradas cidades em que o hospital é referência: Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Jaguarapu, Marliéria e Joanésia.

Cerca de 520 mil habitantes dependem do Hospital São Camilo, que é referência e está fechado no momento.

Digo sempre que é tempo de abrir hospitais, fazer investimentos e sustentá-los, e não tempo de fechá-los. Não é época de estar com hospitais fechados, principalmente na nossa região.

Quero também destacar a urgência da implantação do Samu Cisvales. Sabemos da sua importância. Trata-se de um serviço da maior importância nas políticas públicas do nosso país. Somos uma região metropolitana. As ambulâncias ainda não foram entregues, estão paradas, depreciando. É dinheiro público investido, e a população de mais de oitocentos mil habitantes está aguardando. São 35 municípios esperando pelo apoio da implantação do Samu Cisvales. Esse pleito é dos movimentos sociais da região, apresentado no fórum regional, que aconteceu em Ipatinga. Está no documento do fórum regional.

O Samu vai além de salvar vidas; regulariza o sistema da rede de atenção básica da saúde à rede de urgência e emergência. Diante disso, sabemos da importância desse serviço implantado em cada região do Estado de Minas Gerais.

Há ainda o sucateamento do Samu em Ipatinga. Há 14 anos esse serviço funciona no município, e estamos vendo o seu sucateamento. Esse serviço está demandando recursos, precisando de equipamentos e recursos.

Solicito ao governo de Minas que nos apoie na nossa região do Vale do Aço, que nos ajude implementando o Samu Cisvales em nossa região.

Para terminar, presidente, quero deixar o nosso trabalho e a nossa disposição a toda região do Vale do Aço, com o apoio das entidades e dos movimentos sociais, que estão sempre trazendo para o nosso mandato as demandas da nossa região, a fim de que possamos ter voz e condição de beneficiar a região do Vale do Aço, que muitos dizem ser um vale rico. Entretanto, temos lá pobreza, grandes pobreza, nos cantos de bairros, nas regiões das periferias. Em alguns municípios vizinhos, temos índice de IDH menor que 6%. Aí justifica-se, sim, fazer com que esses investimentos cheguem a nossa região. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Bosco* – Sr. Presidente Dalmo Ribeiro, que preside esta reunião ordinária; Sras. e Srs. Deputados; telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia; senhoras e senhores presentes, boa tarde. Sr. Presidente, gostaria de trazer alguns assuntos a esta tribuna. Primeiro, quero fazer referência aos trabalhos realizados na semana passada nesta Casa.

Tivemos uma grande oportunidade de votar matérias importantes na semana passada. Eu, como sempre, cumprindo com o meu dever como deputado de Minas, sobretudo representando o Alto Paranaíba, o Triângulo Mineiro e parte do Noroeste de Minas, em momento algum, Sr. Presidente e caros deputados, me furtei de estar presente nas votações que ocorreram aqui na semana passada. Votei de forma consciente e, acima de tudo, responsável, porque esse é o dever, no meu entendimento, de todos os deputados desta

Casa, seja da base do governo, seja da oposição. O nosso primeiro compromisso deverá ser sempre com todos os mineiros e todas as mineiras.

Tivemos a oportunidade de votar aqui um projeto, o projeto do Refis, cuja importância foi citada pela deputada Rosângela Reis, que nos antecedeu nesta tribuna, para propiciar aos devedores do Estado e empresários colocarem as suas situações em dia com Minas Gerais. Para tanto, foram votados e criados nos projetos de lei alguns incentivos para que esses devedores, de fato, tenham a oportunidade de fazer um acerto de contas com o Estado, de uma forma que tenham condições.

Com tudo isso, sabemos que a entrada desses recursos significativos poderá ajudar a máquina do Estado a cumprir seus compromissos. E sabemos também – e a lei de responsabilidade é muito clara – que para qualquer benefício que for criado por governo municipal, estadual ou federal é preciso apontar uma nova fonte de receita a título de compensação. E a forma, a maneira que o governo encontrou foi realmente aumentar o ICMS do combustível, em especial da gasolina e do álcool, de solventes e do IPVA de caminhonetes e carros estendidos.

Ora, alguns colegas desta Casa colocaram que os deputados que votaram a favor desse projeto votaram contra o povo, votaram contra Minas. Não é dessa forma que entendo. Votamos, sim, a favor de Minas Gerais, porque todo cidadão mineiro que conhece de fato a realidade de Minas Gerais sabe que a nossa realidade, sobretudo financeira, não é a melhor. Pelo contrário, é a pior de todos os anos, e não em virtude deste governo que aí está, não em virtude do governador Pimentel. Essa é uma questão que já vem crescendo há décadas e que passou por vários governos.

Outros governos que antecederam o governo atual tiveram a oportunidade e a facilidade de buscar empréstimos para cumprirem com a responsabilidade do Estado, sobretudo com folhas de pagamento. Empréstimos e fundos, a exemplo do Funpemp, foram aprovados nesta Casa por muitos deputados que votaram contra na semana passada, mas que, em governos anteriores, votaram a favor, sim, de empréstimos financeiros e de utilização de recurso de fundos.

O que aconteceu aqui na semana passada, caro presidente Dalmo, não foi uma novidade nesta Casa, porque mudou-se o governo, mas o Estado continua com sua responsabilidade. É um Estado de dimensão continental, que tem uma folha de pagamento significativa, quer na área da saúde, quer na área da educação. Então, votamos, sim, mas votamos com responsabilidade. Votamos a favor do Estado de Minas Gerais, porque não queremos, cara deputada Rosângela Reis, que Minas Gerais se torne um Rio de Janeiro, onde se perde o controle, onde o governo tem de promover demissões em massa para tentar buscar um equilíbrio nas contas do Estado. Graças a Deus, mesmo mediante essa crise instalada no nosso país, em vários outros estados da Federação, Minas Gerais ainda consegue buscar um equilíbrio e manter seus compromissos em dia, mesmo que tenha de fazer alguns pagamentos para alguns servidores importantes de forma parcelada.

Quero aqui dizer, caro deputado Dirceu, que nós, que votamos a favor desse projeto do Refis, votamos, sim, com muita responsabilidade, e, acima de tudo, com muito compromisso e comprometimento com o povo de Minas Gerais, porque entendo que governo nenhum responsável, em sã consciência – e digo isso aos deputados – votaria para aumentar qualquer tipo de carga tributária de qualquer imposto a bel-prazer. Nós votamos isso porque, realmente, torna-se necessário o governo buscar o equilíbrio deste estado, para que não aconteça com Minas Gerais o que está acontecendo, de forma lamentável, com outros estados.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* – Meu caro deputado Bosco, muito obrigado por esta oportunidade e pela forma feliz com que V. Exa. está explicando as coisas para os mineiros. Eu também não poderia deixar de dar esclarecimentos aqui à população de Minas Gerais como um todo e, principalmente, a nossa população da Zona da Mata e de Ubá, o primeiro polo moveleiro de Minas Gerais.

Nesse projeto do Refis, meu caro deputado, também trabalhamos juntos apresentando emendas, no sentido de beneficiar a classe moveleira no seu ICMS, além de alguns problemas relacionados ao ITCD e à taxa de fiscalização. Mas o fato é que apresentamos, com responsabilidade, ao governo o que seria um grande benefício para a população de Minas Gerais. Em relação ao

ICMS, seria um grande benefício para os industriais de Minas Gerais e, por que não dizer, para o nosso primeiro polo moveleiro de Minas Gerais? Encontrar a nossa fotografia, o nosso nome em algumas relações, de que votamos a favor, isso nunca vai me preocupar, porque, em primeiro lugar, eu tenho um lado; em segundo lugar, defendo as causas que acho importantes para Minas Gerais e para todos nós. Eu não vim aqui para dizer “sim, senhor”, “não, senhor”. Vim aqui para defender os mineiros e minha passagem nesta Casa. Por isso, agradeço-lhe esta oportunidade de dizer a todos que o polo moveleiro de Ubá, reunido, está satisfeito com esse projeto do Refis, com essa forma como conseguimos facilitar o pagamento. Com isso, nossas indústrias comecem a progredir, porque algumas das nossas indústrias estão realmente com problemas devido à crise mundial, que afeta o Brasil, afeta Minas e, por que não, Ubá?

Com esse Refis, com a atuação que estamos tendo nesta Casa, podemos dizer que não viemos aqui para brincar, para fazer demagogia ou ser mais um. Estou representando uma região, representando o povo mineiro e representando o nosso nome, que é muito importante. Muito obrigado.

O deputado Bosco* – Eu que agradeço, deputado Dirceu, a sua contribuição. Essa foi a nossa visão, o nosso entendimento ao votar favoravelmente a esse projeto. Caro Mário Henrique Caixa, o objetivo foi buscar uma forma de recuperar diversas empresas que estão se dissolvendo em Minas Gerais, gerando demissões em massa por enfrentarem dificuldades com essa crise econômica. Essa foi a ação do governo, esse foi o nosso voto favorável. Será através do equilíbrio, do resgate e da recuperação de várias empresas que estão por fechar, além daquelas que já fecharam, que poderemos garantir a geração de novos empregos, o aumento da arrecadação, para que Minas Gerais continue investindo de forma eficiente na saúde, na educação e também na segurança. E por falar em segurança, quero manifestar a nossa alegria e satisfação, caro deputado Caixa, com o resultado ocorrido na última segunda-feira, ontem, e publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. A pesquisa situa a nossa Araxá como a primeira cidade de Minas Gerais dentre as 30 cidades brasileiras com menor índice de violência – parece que ela ocupa a quinta posição. Isso nos deixa felizes, pois entendemos que o sistema de segurança de Araxá e da grande maioria dos municípios mineiros está funcionando. Os índices de criminalidade de 2005 a 2015 foram avaliados pelo Ipea, e as 30 cidades com menor índice de violência estão na Região Sudeste, incluindo Minas Gerais. Araxá, que fica no Alto Paranaíba, é a quinta colocada no *ranking* divulgado nesta segunda-feira, de acordo com o atlas de violência de 2017, tendo apresentado um índice de 6,8. Isso lhe permitiu ocupar uma posição de destaque em todo o Estado e no País. Esse índice se refere ao período de 2005 a 2015 e representa o número de homicídios por morte violenta por causa indeterminada. De janeiro a maio de 2017 a Polícia Militar registrou somente dois assassinatos em Araxá.

Portanto, cumprimento, as Polícias Militar e Civil, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o setor de segurança pública do Município de Araxá por terem alcançado um local de destaque nesse *ranking*, colocando o município como uma das cidades mais pacíficas e com o menor índice de violência de Minas Gerais. Está também entre as cidades que apresentam o menor índice também em nível de Brasil.

Então, portanto, fica esse registro, presidente. Agradecemos a todas as instituições que promovem a segurança de Araxá, de nosso estado; e que as instituições continuem agindo com responsabilidade, com esse serviço importante, preservando a segurança de todos os mineiros.

Era o que tinha a dizer, presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nobres parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o assunto que venho abordar hoje aqui é de extrema relevância, principalmente para a região do Triângulo Sul e para sua nova divisão administrativa proposta pelo governo do Estado. Dentro da região do Triângulo Sul, temos três microrregiões, que têm como sede as cidades de Uberaba, de Araxá e de Frutal. Aproveito, aliás, a presença aqui do deputado Bosco, para despertar para essa

importante questão que quero trazer à Assembleia, a fim de que possamos rediscutir o atendimento das regionais de educação e de saúde no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Num breve levantamento que fizemos, pudemos constatar a situação em que se encontra hoje, principalmente, a antiga região do Baixo Vale do Triângulo, que tem como sede hoje a microrregião do Triângulo Sul, a cidade de Frutal. Ela tem hoje um problema muito grave de atendimento do ponto de vista das regionais de educação e de saúde. No âmbito de todo o Estado, o que podemos perceber é um problema de deslocamento entre as cidades que compreendem essas regionais e as cidades que hoje compreendem a microrregião, que tem como sede Frutal; da distância de atendimento em relação às regionais de saúde e de educação.

Temos hoje no Triângulo Sul 8 cidades que compõem a microrregião de Uberaba; 8 que compõem a microrregião de Araxá; e 11 que compõem a microrregião que tem como sede a cidade de Frutal. Todas essas cidades têm como referência em atendimento, tanto na educação quanto na saúde, a cidade de Uberaba. Temos uma distância de atendimento de quem reside, por exemplo, em Limeira do Oeste, de 370km para ser atendido pela regional de saúde ou pela regional de educação na cidade de Uberaba. Temos, também, como outro exemplo, 340km de distância da cidade de Carneirinho para ter o atendimento na regional de saúde e na regional de educação também na cidade de Uberaba, enquanto temos hoje em todo o Estado situações em que algumas regionais de educação ficam a uma distância de 50km a 60km. Temos em média em todo o Estado, para o atendimento nas regionais de educação e saúde, em torno de 80km a 100km de distância.

Quando levantamos a questão populacional, a situação não difere. Temos, hoje, nessas três microrregiões que compõem o Triângulo Sul, uma população de 378.668 habitantes que compõem a região de Uberaba; 171.000 habitantes que compõem a região de Araxá; e 163.000 habitantes que compõem a microrregião de Frutal. O que isso quer dizer? Primeiro, que estamos tendo uma sobrecarga na cidade de Uberaba de atendimento tanto no âmbito da saúde quanto no da educação e um referencial de população hoje dessas microrregiões que em nada difere de tantos outros que têm um atendimento regional de saúde e de educação por todo o Estado.

Só para destacar, a título de exemplo, entre a regional de saúde de Barbacena e a de São João del-Rei há uma distância de 61km. Entre a regional de educação de Passos e a de São Sebastião do Paraíso há uma distância de 51km. Não é justo, muito menos isonômico e igualitário que a região do Baixo Vale não possa ter hoje um atendimento – que seja um posto avançado de atendimento administrativo da regional de saúde e da regional de educação do Estado mais próximo de seus habitantes, da sua população. Não é justo que a população de Carneirinho, os professores de Carneirinho, os professores de Limeira do Oeste tenham de se deslocar 370km, 340km enquanto a lógica de todo o Estado de Minas Gerais não é essa. Queremos trazer para a Assembleia uma rediscussão. Que possamos nos debruçar em relação a essa forma de atendimento da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde com suas regionais, com suas gerências – temos também gerências de saúde –, para que o Baixo Vale, bem como a microrregião de Araxá possam ter a sua regional de saúde, a sua regional de educação. Que possamos ter na região de Frutal, de Iturama, em nosso Pontal do Triângulo, no Baixo Vale do Rio Grande atendimento à educação e atendimento à saúde mais próximos. Hoje não há a mínima condição de deslocamento de um professor, de um profissional da saúde do Estado que procure na forma administrativa deslocar-se mais de 300km, porque a realidade do Estado não é essa.

Podemos aperfeiçoar isso. Já levei essa discussão ao âmbito das comissões da Assembleia. Não precisamos do modelo que existe hoje da regional de ensino e da regional de saúde – grandes, com muita gente trabalhando, com muitos cargos. Não precisamos de nada disso. Precisamos de um posto avançado de atendimento. Precisamos de uma solução para levar o atendimento de educação e o atendimento de saúde do Estado lá para essa região do Baixo Vale, para a microrregião que tem como sede a cidade de Frutal. Estamos vendo atualmente o Estado não voltar os olhos para uma região que produz, traz riqueza ao Estado e tem o mesmo nível de população das demais regiões, mas não tem o devido atendimento do Estado. Essas são minhas considerações.

Vamos avançar nessa discussão na Assembleia. Espero contar com o apoio dos nobres colegas deputados para realmente colocar lá na região do Baixo Vale, lá na microrregião da cidade-sede de Frutal o atendimento de saúde e de educação do âmbito do Estado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado. Parabenizo o deputado Arnaldo Silva por trazer novamente esse tema ao Parlamento. Aliás, no mandato anterior também fizemos várias gestões junto ao governo para demonstrar exatamente o que V. Exa. manifesta: a importância para a implantação da superintendência de saúde e a de educação, particularmente em Frutal. V. Exa. tem razão quando se manifesta sobre a distância, a dificuldade do servidor, que precisa se deslocar praticamente 150km, 180km e até 200km para atender à demanda tanto da educação quanto da saúde.

Quero me colocar inteiramente na caminhada de V. Exa. Pudemos discutir anteriormente várias posições. Tenho a certeza de que, com essa nova rediscussão, podemos sensibilizar o governo do Estado para que essa conquista seja transformada em realidade. Parabéns pela sua fala.

O deputado Arnaldo Silva* – Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. é muito querido na cidade de Frutal, onde tem apoio de lideranças muito importantes. Contar com seu apoio na Assembleia será de grande relevância na luta que vamos empenhar aqui para que, o mais rápido possível, possamos colocar em pauta essa discussão a fim de superar essa dificuldade de atendimento no âmbito da educação e da saúde por parte do Estado.

O deputado Bosco (em aparte)* – Caro deputado Arnaldo Silva, quero primeiramente cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e pela matéria que V. Exa. traz à tribuna nesta reunião. Concordo plenamente com V. Exa. no que diz respeito à descentralização da presença do Estado em algumas regiões de Minas Gerais. Acredito que, quando foi criado esse modelo da presença do Estado em determinadas regiões, criando a superintendência de ensino, a superintendência regional de saúde, os comandos das Polícias Militar e Civil, as demandas que se apresentavam naquela ocasião eram atendidas; porém, já se passaram décadas dessa descentralização de governo nesse modelo, que precisa ser revisto para o momento atual em que estamos vivendo. A realidade hoje, por exemplo – V. Exa. citou –, em nossa região de Uberaba, cidade importante, referência no Triângulo Sul, que hoje abriga as superintendências daquela região, é muito diferente de 10, 20, 30 anos atrás. É uma cidade que cresceu muito, que tem uma demanda reprimida enorme da própria cidade nas áreas da saúde e da educação.

É necessário, agora, que nós e o governo promovamos uma redivisão, uma redistribuição de atribuições das Secretarias de Educação e de Saúde. Araxá está a 110km de Uberaba. As diretoras, por exemplo, não só de Araxá, mas do entorno, da região do Planalto de Araxá, deslocam-se semanalmente a Uberaba para participar de várias reuniões. O mesmo acontece com a área da saúde. Cito aqui exemplos também de Campos Altos, de Pratinha, de Tapira, que passam por Araxá para irem participar, no caso da educação, de reuniões, de decisões na superintendência de Uberaba. O mesmo ocorre com os pacientes atendidos pela rede estadual em Uberaba. Pacientes com casos graves saem em situação complicada de Campos Altos, que está a mais de 200km de Uberaba, passam por Araxá e vão embora para serem atendidos em Uberaba quando conseguem vaga.

Precisamos rever esse modelo de repartições públicas do Estado no que diz respeito à descentralização. Tive oportunidade de conversar pessoalmente com o governador Fernando Pimentel e com os secretários de governo. Realmente esse modelo que funcionou, que foi importante décadas atrás, não cabe no momento de agora. Precisamos realmente promover uma ampla discussão. Estou à disposição para dar minha contribuição no que se refere a essa matéria. Muito obrigado.

O deputado Arnaldo Silva* – Eu que agradeço, deputado Bosco, grande defensor principalmente de Araxá e de toda a região do Triângulo Sul. É exatamente nessa linha, deputado Bosco. Temos que perceber que o tempo mudou e que as referências mudaram. Cidades como Pratinha, Campos Altos, Tapira e Ibiá hoje têm como referência Araxá, que é uma grande cidade, que pode muito bem ser beneficiada com uma regional de ensino, com uma regional de saúde, da mesma forma, como venho dizendo, que Frutal e Iturama – poderíamos até ter uma regional de educação em Frutal e uma regional de saúde em Iturama. Poderia ser feito esse

intercâmbio de atendimento com duas cidades, que também são referência e que atenderiam de forma bem melhor. Ao mesmo tempo, desafogariamos Uberaba, que prestaria um serviço cada vez melhor à sua região de oito municípios que compõem hoje a microrregião, que tem como cidade-sede também Uberaba.

Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado aos nobres deputados. Vamos juntos caminhar para buscar um entendimento e uma solução para essa situação, no âmbito do Estado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dirceu Ribeiro* – Meu caro presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, meus caros colegas da Assembleia, senhores e senhoras da TV Assembleia, recentemente, emenda de minha autoria foi apresentada e ainda se encontra para sanção, veto ou promulgação, permitindo a remoção por permuta entre notários e registradores dentro da mesma serventia, a pedido dos interessados concursados há mais de quatro anos, caso seja autorizado por ato do governador. Ele terá a incumbência de fiscalizar, para ver se o notário ou o registrador realmente são concursados e têm quatro anos de serviço na função.

Na norma constitucional e na infraconstitucional, permite-se aos servidores concursados de todos os Poderes o benefício da remoção por permuta, por requerimento dos interessados. Ora, se a permuta é permitida pela Constituição Federal para magistrados, promotores e servidores públicos, e também está referida na Lei de Organização Judiciária de Minas Gerais, como entender essa dicotomia? Uma serventia vaga não pode ser assumida sem concurso público. Nós também somos contra. A escolha da serventia pelo concursado é feita antes mesmo de ele tomar posse. Ele faz o concurso, é aprovado e pode escolher a serventia. Ou seja, a aprovação no certame – seja ele por provimento, seja por remoção – é requisito certo e já constante nos ditames da lei. Mas a permuta não tem por finalidade prover uma serventia vaga, ela busca apenas modificar a titularidade das serventias entre dois concursados já aprovados anteriormente num concurso público que estejam no cargo há mais de quatro anos.

Por analogia e reflexão, por que os notários e registradores – que são também concursados e nomeados pelo governador – não poderiam gozar desse instituto, que privilegia apenas os membros e servidores do Ministério Público, da magistratura e de outros órgãos? Não podemos alegar que essa emenda visa beneficiar um titular concursado em detrimento do outro. Trata-se apenas de uma troca entre eles, sem ônus para a prestação do serviço público. Ambas as serventias estão providas, não há perdas com a efetivação do instituto pleiteado, pois a permuta é a troca de cargos providos, e não de cargos vagos.

Alguns alegam que não são servidores públicos *stricto sensu* na hora de buscar esse benefício; porém, em algum ato erroneamente praticado por eles no desempenho de suas funções, seja por desídia, má-fé ou desonestidade, eles são elevados à categoria de servidor público para responder civil e criminalmente, podendo ser advertidos, suspensos de suas atribuições e também exonerados da delegação em que atuam. Faço parte dessa categoria e a represento. Então, buscarei os mesmos direitos concedidos aos demais servidores públicos concursados.

O Dr. Aires Brito, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, diz que tal instituto é uma questão de direito individual. E lutarei em defesa dessa premissa.

Quero também aproveitar para dizer que essa luta nossa está em andamento desde 2010. E conto ainda com a colaboração, com os ensinamentos desse grande mineiro e brasileiro, Dr. Eugênio Klein Dutra, oficial do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, que também entende que a permuta não é inconstitucional, que é um direito sagrado do titular da serventia, desde que seja concursado.

E, por isso, tenho a alegria de estar aqui defendendo uma classe. E na mesma oportunidade quero parabenizar de público o deputado Sargento Rodrigues e o deputado Cabo Júlio, porque estão aqui defendendo intransigentemente a categoria dos militares, a classe a que pertencem. Os meus parabéns.

A nossa classe precisa da união. E quero também aproveitar para mandar uma resposta a nossa Serjus e a nossa Anoreg. Vocês precisam primeiro defender os nossos filiados, a nossa categoria, mas não examinam a matéria, não examinam a emenda, não olham o que é a emenda, e simplesmente jogam pedra no colega dizendo que é emenda *frankenstein*.

O meu caro colega Roberto, que está aqui e é hoje o presidente da Serjus, deveria punir, se não partiu dele essa má informação para os públicos mineiro e brasileiro. E quero dizer mais: não vim aqui ser mais um nesta Casa, não me interessa. Não vim aqui dizer “sim, senhor”, “meu senhor”. Vim aqui para defender o que acho importante, aquilo a que tenho direito e que julgo correto. E vou apresentar essa emenda no Congresso Nacional, para que parta de Minas Gerais a atuação em favor da nossa classe, para que todo o Brasil tenha o direito sagrado de fazer a permuta entre titulares do cartório, que são concursados, que estudaram, que perderam seu tempo para chegar a essa categoria.

Meu caro presidente Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. é da área da advocacia e entende bem disso. Nós temos aqui um tabelião que passou no concurso, tomou posse, por exemplo, em Jaíba. Ele ficará em Jaíba por quatro anos, mas a cidade dele é na Zona da Mata, onde temos outro tabelião de uma cidade ao Norte de Minas na mesma função, com os mesmos direitos. Por que não fazer a permuta? É muito fácil chegar aqui e jogar pedra no telhado dos outros. É muito fácil a categoria, a nossa associação não ter coragem de defender os nossos associados, a nossa associação não fazer um estudo correto disso. Para chegar aonde cheguei nessa emenda, estou trabalhando desde 2010. O nosso ex-ministro esteve nos ajudando. O nosso Eugênio Klein Dutra, hoje com 87 anos de idade, defendeu esse direito do servidor, do notário, do registrador.

Daí, uma outra pergunta. Às vezes uma cidade rende mais do que a outra. E pergunto novamente: qual é o problema? Se o que está recebendo mais vai para a que está recebendo menos, e o que está recebendo menos vai para a cidade que está recebendo mais, qual é o problema? Houve algum prejuízo para o público, houve algum prejuízo para o Estado, houve algum prejuízo para o Tribunal de Justiça? Não. Eles querem... Uma família está no Sul de Minas, a outra família está na Zona da Mata, e a família prevalece nisso tudo.

Grande é a família, e por isso conclamo a união de todos.

Aproveito para agradecer à imprensa mineira por ter chamado a atenção para essa matéria e peço a todos os da imprensa que nos ajudem, que nos tragam subsídios para apresentarmos essa emenda para que essa classe passe a ser respeitada. Hoje, quando se fala em cartório, a primeira coisa que fazem é jogar pedras na categoria. Mas não conhecem as modificações que foram feitas e não sabem como a profissão funciona hoje no interior de Minas Gerais, onde ainda é uma boa profissão, mas na qual a pessoa tem de lutar para sobreviver.

Para encerrar, presidente, ainda vou apresentar outro projeto, que deveria ser apresentado pela Serjus: o projeto de aposentadoria do serventuário da Justiça que não fez a opção, foi aposentado no governo passado e teve sua aposentadoria cancelada. Hoje, esses funcionários estão em dificuldade financeira, passando necessidade e devem chegar a mais ou menos quinhentos. A nossa Serjus não olha para isso, mas nesta Casa podemos fazer alguma coisa. Esta é uma Casa de lei, em que aprendi a defender o povo e a gostar de praticar a política, pela oposição ou pela situação, com o mesmo ideal de servir a Minas Gerais e ao Brasil. Por isso, ainda vou apresentar um projeto para a aposentadoria desses funcionários do foro extrajudicial, que hoje estão sem remuneração, sem direito algum e passando necessidade no interior de Minas.

Meus caros presidentes da Serjus e da Anoreg, vocês precisam defender os filhos de Deus. Aqui, defendo os filhos de Deus. Alguns podem perguntar se tenho algum familiar nessa situação. Tenho, sim. Quando pergunto ao meu neto Ian, de seis anos, o que ele é do vovô, a resposta é: “Sou substituto do vovô”. Então, digo a ele que tem de estudar. Vá estudar para que, amanhã, você realmente possa ocupar o meu lugar. Mas vá estudar! Estou falando de um menino, de uma criança de seis anos de idade. Então, pergunto novamente a todos: qual o problema? Se ele estudou, se ele passou no concurso, se ele tem o direito sagrado, qual é o problema? O problema é que não temos a coragem de falar que somos todos iguais, somos filhos de Deus. E temos de ter coragem de

falar isso. Somos todos iguais, temos os mesmos direitos. E temos a obrigação de defender os nossos filhos e netos. Quem não defende um filho ou um neto não defende ninguém.

Digo mais uma vez que tenho lado. Eu tenho lado: defendo aquilo que acho justo e correto. Posso errar, porque não sou dono da verdade, mas conclamo todos a nos unirmos e a fazer uma corrente para a frente, para que essa classe, essa categoria seja mais respeitada no Estado e no Brasil. Hoje, o policial militar e o bombeiro militar são respeitados nesta Casa porque têm aqui dois defensores, duas pessoas que brigam por eles e não vendem a classe. Também não vendo minha classe por dinheiro algum, não vendo minha dignidade por dinheiro algum e não vendo o Estado de Minas por dinheiro algum. Peço apenas que tenham respeito conosco. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputados, deputadas e telespectadores que acompanham a TV Assembleia, abordarei hoje um assunto que considero da mais alta relevância e tem preocupado milhares de gestores, militantes, entidades, trabalhadores e trabalhadoras do importante Sistema Único da Assistência Social – Suas –, responsável pela proteção social básica, proteção social especial, coordenação de programas de transferência de renda e Benefício de Prestação Continuada. Hoje estão sob o risco de subfinanciamento e de convívio com medidas estruturais que estão sendo discutidas pelo Congresso Nacional e que podem gerar, infelizmente, um processo de retrocesso e ampliação da situação de vulnerabilidade social para milhões de brasileiros.

A política pública de assistência social é uma conquista consagrada na Constituição de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que ganha corpo, forma e recursos orçamentários a partir do governo Lula, em 2003. Para se ter uma ideia, houve um salto orçamentário de R\$8.000.000.000,00 para R\$80.000.000.000,00, em pouco mais de uma década. Criou-se um Sistema Único de Assistência Social que conseguiu universalizar e capilarizar a presença das unidades públicas estatais da proteção básica, os conhecidos Centro de Referência da Assistência Social – Cras – e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas –, responsável pela Proteção Social Especial também em muitos municípios, não só de Minas mas também do nosso país. Um Sistema Único da Assistência Social que tipificou os seus serviços socioassistenciais, que se responsabilizou pela organização de um Cadastro Nacional Único, que hoje tem dezenas e milhares de trabalhadores: assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, advogados, auxiliares administrativos, pedagogos e tantos outros que compõem esse sistema. Além disso, o Suas tem o financiamento da União, dos estados e dos municípios – aqui, em Minas Gerais, através do Piso Mineiro da Assistência Social. É uma política pública que tem marco regulatório, uma lei federal e algumas leis estaduais. Minas foi pioneira. Esta Assembleia aprovou um projeto de lei de minha autoria que, desde 2011, transformou o Suas em lei em Minas.

Nessa caminhada, associado às outras dimensões de políticas públicas, como os programas de fortalecimento da agricultura familiar, de formação profissional e de ampliação do acesso dos jovens ao ensino tecnológico e às universidades, fez com que, num período histórico pequeno, 40 milhões de brasileiros saíssem da pobreza, inclusive boa parte criando condições de emancipação e autonomia para as gerações subsequentes, e retirou o Brasil do mapa da fome da FAO-ONU, principalmente através dos programas de transferência de renda.

Essa construção histórica conta também com o sistema participativo e descentralizado, que realiza conferências nacionais, estaduais e municipais, de dois em dois anos. Estamos, neste momento, em período conferencial até o mês de agosto, com as conferências municipais; depois, de agosto a setembro, com as conferências regionais por toda Minas Gerais; em outubro, com a conferência estadual; e, até o final do ano, com a conferência nacional.

Em 2015, tive a honra de coordenar no Estado esse processo como secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, e conseguimos a proeza de realizar conferências municipais em 834 municípios mineiros, 15 conferências regionais nos territórios de desenvolvimento. E tive a alegria de estar presente em todas e de realizar a maior conferência estadual da história de Minas Gerais.

Apesar de toda essa trajetória e de todo esse acúmulo, hoje a política de assistência social está sob risco no País. Risco porque a Emenda Constitucional nº 95 estabelece o congelamento das chamadas despesas ordinárias por 20 anos, não só para a assistência, mas para a saúde, a educação, a segurança pública, o desenvolvimento agrário, a habitação e o saneamento. Sob risco porque constam das propostas de reforma do governo Temer previsões escabrosas, como, por exemplo, a ampliação da idade mínima para o acesso das pessoas idosas mais pobres ao benefício de prestação continuada – BTC –, que paga um salário mínimo mensal a cada idoso e idosa que não recebe a ínfima quantia de até 1/4 do salário mínimo por mês. A proposta original do governo Temer era elevar a idade para usufruir o benefício de 65 para 70 anos; mas, agora, em um processo de negociação, 68 anos. Porém, se levarmos em conta que, infelizmente, a média e a expectativa de vida do idoso mais pobre é mais baixa que a do idoso mais rico, teremos a impossibilidade do acesso de pessoas idosas pobres a esse benefício. E o pior: o conjunto das reformas, a terceirização, a reforma trabalhista – que faz com que o negociado valha mais que o legislado –, as políticas de deterioração econômica, a recessão, o desemprego. Tudo isso acontecendo em um momento em que deveríamos exigir uma rede de proteção social capaz o suficiente para acolher essas pessoas.

Na verdade, o que percebemos é o inverso. E aqui alerto os deputados e as deputadas, sobretudo a população mineira: de um lado, crise econômica, recessão, desemprego e reformas que aprofundam a vulnerabilidade social. De outro lado, a restrição do financiamento de políticas públicas que poderiam promover exatamente um processo de maior inclusão social. Essa equação não fecha, essa equação gera situações que já estão aos olhos de cada um de nós. Por exemplo, o aumento do fenômeno da população de rua, o aumento de um fenômeno que já não víamos mais em nosso Brasil: pessoas baterem à sua porta, à nossa porta pedindo alimentação.

Em um momento de ampliação como estávamos, de políticas sociais, achávamos que o País já poderia olhar adiante. Olhar para a qualidade de vida maior, olhar para a ampliação gradual da renda, olhar para a universalização do acesso ao ensino técnico, ao ensino superior, olhar para um processo maior de interestruturalidade das políticas públicas em um processo de cobertura integral das necessidades humanas.

Infelizmente, nesta quadra histórica, temos de conviver com discussões que podem fazer retroceder o legado de conquista.

Muitas vezes esses retrocessos não têm apenas repercussões de curto prazo. Eles têm repercussões para gerações, porque significam, num processo de aprofundamento da pobreza, o retorno e a ampliação do trabalho infantil, da evasão escolar, do uso e abuso de drogas. Infelizmente, quando imaginávamos que gerações subsequentes construiriam um país onde todos pudessem ter dignidade humana, nesse exato momento a nossa luta é para barrar reformas nefastas ao povo brasileiro.

A nossa luta é para revogar a Emenda à Constituição nº 95, que subtrai direitos a partir do congelamento, em nome do pagamento de juros e serviços da dívida interna, da priorização do mercado financeiro, e com as reformas da privatização de políticas públicas, como a própria Previdência Social.

Por isso, nessas conferências, ergueremos nossa voz contra as reformas e contra o subfinanciamento das políticas públicas, em particular da assistência social.

Com muito prazer, concedo um aparte ao deputado Cristiano Silveira, nosso grande vice-líder do governo na Casa.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado André Quintão, obrigado pelo aparte. Corroboro suas palavras. Acho que temos que lutar contra essa agenda política que hoje está colocando todo o nosso país muito temeroso com relação à perda das conquistas, dos direitos. Não acredito que consigamos obter vitórias se não for com um novo governo eleito de maneira direta, através de eleições diretas. Então fico muito preocupado com o que estamos vivendo neste momento.

Deputado André Quintão, vejo a oposição aqui, algumas vezes, fazendo críticas ao nosso governo, ao governador Fernando Pimentel, e vi que esses últimos dias foram de boas notícias para Minas Gerais. Se pararmos para observar a agenda do governo do Estado nos últimos meses, que seja nas últimas semanas, foi extremamente positiva.

Estou voltando agora da região Centro-Oeste. Estive, pela manhã, na cidade de Divinópolis, onde o governador inaugurou o Samu. Fez a implementação e colocou em funcionamento a rede Samu, e veja, deputado, serão atendidas ali quase que 1,5 milhão de pessoas da região Centro-Oeste. Queremos obras, queremos outros investimentos, mas não há obra que seja tão importante quanto cuidar da saúde das pessoas. E o governador Fernando Pimentel está ampliando a rede Samu em todo o Estado. Então é a boa notícia do dia de hoje para o povo de Minas Gerais, em especial para mais de 50 cidades da região Centro-Oeste.

E isso não para por aí. No dia de ontem, na Emater, estivemos com o presidente Glênio, com o secretário Professor Neivaldo e com o secretário Pedro Leitão. E o que aconteceu naquele momento? O lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – pelo governo do Estado. Deputado André Quintão, são R\$5.000.000,00 para fortalecimento da agricultura familiar. E sabem quais eram os municípios? Aqueles de menor IDH, os municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Mais uma boa notícia. Isso sem contar as inúmeras vezes que já fomos chamados aqui, chamados ao Palácio da Liberdade, chamados à Cidade Administrativa, para a entrega de ambulâncias, caminhões, viaturas. Enfim, o governador tem trabalhado.

O governador Fernando Pimentel é muito humilde, porque, em sua fala nos eventos, ele diz: “Os estados, como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, passam por uma grave dificuldade, e, em Minas Gerais, estamos dando conta. A saúde está funcionando, a polícia está na rua, a escola está aberta”. É muito mais do que isso. Além de dar conta dos serviços essenciais e do dever de casa, o governador ainda consegue apontar investimentos em áreas que são importantes.

É por isso que temos que apoiar medidas que são apresentadas, como a criação dos fundos, cujo projeto o governador mandou para esta Casa. Os deputados da oposição, mais do que criticar o governo, têm que fazer coro com seus partidos, seus representantes no Congresso Nacional, para que seja feito o encontro de contas, e Minas Gerais receba os mais de R\$135.000.000.000,00 a que tem direito. Se os deputados vêm à tribuna para fazer uma série de cobranças, que façam a principal cobrança ao governo ilegítimo. Que cobre do governo ilegítimo as compensações da Lei Kandir, para que Minas possa avançar ainda mais. É por isso que o governador merece o nosso aplauso, por saber conduzir, em período de tempestade, este nosso grande navio que é Minas Gerais. Obrigado, deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Muito obrigado, deputado Cristiano. Além disso tudo que V. Exa. mencionou, quero dizer que o governo de Minas não vai aderir à proposta de recuperação fiscal feita pelo governo Temer, que implica nenhum reajuste para o servidor, demissão, privatização, paralisação do serviço público e aumento da contribuição previdenciária para o servidor. Esse não é o caminho que Minas escolheu. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/6/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ivo Alves de Sousa, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

exonerando, a partir de 12/6/2017, Rosângela Poliana Oliveira Milagres, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Débora dos Santos Marques Freitas, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira;

nomeando Deijanira Faria Mendes, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 42/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 72/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/6/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento e a instalação de plataforma de elevação vertical motorizada, incluída a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento integral de peças.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 43/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cantina da Ju Alimentos Ltda. ME. Objeto: fornecimento de lanches. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. Licitação: pregão eletrônico 17/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 47/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: alteração do horário de trabalho dos prestantes, na jornada especial de 12 por 36 horas. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 53/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mecnográfica & Laser Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos Envelopadora MGL – Mecnográfica – Formato A5 a A3, Modelo Max Mailing; Dobradeira MGL – Mecnográfica – Formato A5 a A3, Modelo Max Folder; Serrilhadeira e Vincadeira MGL – Mecnográfica – Formato 2, Modelo Max Cutter, com fornecimento de peças. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 22/5/2017 a 22/5/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 56/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belocopy Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda. Objeto: prestação de serviço de cópia e impressão, incluindo equipamentos, instalação, treinamento de operadores, serviço de manutenção permanente e fornecimento de todas as peças de reposição e dos insumos de impressão e acabamento necessários à perfeita execução dos serviços, exceto papel. Objeto do aditamento: quarta prorrogação do contrato. Vigência: 12 meses, de 23/7/2017 a 22/7/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 60/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Net Services S.A. Objeto: aquisição e instalação de ar-condicionado de precisão. Objeto do aditamento: correção do CNPJ da contratada no preâmbulo do contrato. Vigência: retroativa à data de assinatura do Contrato n° 09/2017.

TERMO DE ADITAMENTO N° 61/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo, por fretamento de aeronaves, na modalidade de táxi-aéreo. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: de 25/5/2017 a 24/5/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 63/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão da nova convenção coletiva de trabalho. Vigência: a partir de 1º/1/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 66/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Squadra Tecnologia S.A. Objeto: serviços de fábrica de *software* para desenvolvimento e manutenção de aplicações e sistemas da informação. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 5/7/2017 a 4/7/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 68/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: M&E Aluguel de Carros Ltda. – EPP. Objeto: locação de veículos flex, pelo sistema mensal, sem motorista, com quilometragem livre, incluindo seguro total sem ônus da franquia para a contratante. Objeto do aditamento: primeira prorrogação com reajuste. Vigência: 12 meses, de 2/9/2017 a 1º/9/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 69/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Viação Serro Ltda. Objeto: serviços de transporte rodoviário em ônibus, com motorista, em viagens e translados a serviço da contratante, no território nacional. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 24/9/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 71/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: serviços postais múltiplos. Objeto do aditamento: adaptações em razão de nova política comercial. Vigência: a partir da assinatura.